Grupo Parlamentar

Intervenção pelo Deputado Duarte Freitas na Sessão Plenária de Setembro de 2002

Ao falar de reconstrução, estamos a falar de um processo controverso quase desde o seu começo.

Os sinistrados, forças vivas da sociedade civil, e partidos políticos desde o início se pronunciaram criticamente em relação ao processo da reconstrução.

O Governo sempre negou qualquer problema.

Em 1999 e 2000, às criticas acerca das demoras na reconstrução, o Governo respondia que tal se devia à necessidade de planeamento rigoroso para que o processo pudesse decorrer da melhor e mais eficiente forma.

Em 2001, às criticas de obras mal executados, pagamentos em atraso e incompreensíveis definições de prioridades, o Governo disparou para todo o lado, desde logo sobre os próprios sinistrados, Autarcas e Empresas.

Ora é preciso esclarecer, em primeiro lugar os sinistrados e os Açorianos em geral sobre a total responsabilidade deste processo, das suas decisões e consequências.

O Decreto Legislativo Regional 15-A/98/A que enquadra os apoios para a reconstrução foi aprovado por unanimidade nesta Casa e cumpre as promessas feitas aos sinistrados pelo Secretário da Habitação em Conferência de Imprensa no início de Agosto de 1998.

Nessa altura, o Sr. Secretário, além de distribuir quadros com os apoios a conceder, quadros esses que estão transcritos com exactidão no diploma em causa, já dizia que a grande fatia da contribuição destinar-se-ia aos agregados familiares com um rendimento inferior a 85.000 escudos mensais e que seriam a esmagadora maioria, isto é, de 80 a 90 % da população afectada, segundo o Secretário José Contente.

Dizia então o Sr. Secretário José Contente que o apoio de 100 % a esta grande maioria "demonstra a intenção e o empenho do executivo açoriano de resolver os problemas habitacionais resultantes da catástrofe".

Dizia mais o Sr. Secretário nessa conferência de imprensa: que o Governo iria apoiar também os arrendatários com o objectivo de poderem passar a ter uma casa nova ou, em alternativa recuperar a que estavam a habitar, mas com o compromisso do proprietário mantê-la alugada à mesma pessoa.

Quer isto significar que nada de novo o diploma dispôs face aos compromissos públicos do executivo perante os sinistrados.

O que o diploma não prevê é a forma como foi implantado no terreno todo o processo. Essa responsabilidade cabe, naturalmente, ao executivo e em relação a

esta matéria, na mesma conferência de imprensa o Secretário José Contente já definia que não ia dar dinheiro às pessoas para recuperação das casas, mas iria sim entregar as obras prontas através de empreitadas.

Os sinistrados foram ameaçados pelo CPR de perder apoios se avançassem por si só.

As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia foram afastadas do processo.

O Governo quis chamar tudo a si e substituir-se às pessoas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Membros do Governo

Nos dias seguintes à aprovação do Decreto Legislativo Regional 15-A/98/A o Presidente do Governo dizia que a reconstrução demoraria 2 a 3 anos, portanto nesta perspectiva estaria concluída no máximo até ao fim de 2001.

Das estimativas iniciais, nas contas do Governo a reconstrução custaria 25 milhões de contos. Em final de 2000 já se havia chegado aos 40 milhões e em Junho de 2002 aos 45 milhões e agora aos 47 milhões.

Em 10 de Julho de 2000 o Presidente do Governo dizia que a reconstrução iria custar 25 milhões de contos e que já estavam resolvidos 40 % dos casos, isto

é, dos 3.179 casos, já 1060 estariam com o seu caso resolvido(Açoriano Oriental).

Nessa altura Carlos César dizia que o Governo iria manter um esforço de 7/8 milhões de contos por ano com a reconstrução.

Nos Planos 2001 e 2002 ficaram globalmente 6 milhões por cumprir face à promessa de 2000.

O Executivo fala agora em 20 milhões de contos já gastos e que faltam mais 27 milhões.

Mas em 31 de Janeiro de 2001 em relatório do C.P.R. pode ler-se que, nessa altura, já existia um montante global investido de 26.762.000 contos.

Mas a discrepância e a estranheza nos números não se fica por aqui.

O Governo diz que gastou cerca de 13 milhões de contos com apoios para os primeiros 1860 casos, ou seja 67 % da totalidade das intervenções e diz agora que necessita 27 milhões de contos, para terminar o processo, isto é, para 33%, ou seja, para 1310 casos.

Quer dizer que, apenas para a reconstrução habitacional, o Governo diz precisar, para 1/3 dos casos, o dobro do que gastou em 2/3.

Interessante também será verificar que quando o Governo diz que a reconstrução está em "fase de cruzeiro" e que as empreitadas correm em bom

ritmo, é nessa altura, mais precisamente no plano de 2002, que se verifica uma inflexão nas verbas previstas nos Planos para a reconstrução.

Até 2000 as verbas para a reconstrução, no Plano subiram, atingindo nesse ano 5,166 milhões de contos, isto é 11,26 % do plano.

Em 2001 os valores absolutos executados já desceram, embora com uma subida percentual no Plano global e, em 2002, decrescem para 4,6 milhões de contos e para menos de 10% do valor global do Plano, quando o Sr. Presidente do Governo fala numa média de 16,4 % do Plano para Calamidades.

O PSD fez uma proposta de alteração ao Plano de 2002 no valor de 1,4 milhões de contos para repor a verba que estava prevista no Plano a Médio Prazo (PMP) para este ano.

O PS chumbou esta proposta com a argumentação de que as verbas que estavam orçamentadas eram suficientes embora os cortes para as calamidades (25 %) fossem bem maiores do que noutros sectores.

Aliás o Sr. Secretário das Finanças afirmou, no seu discurso na altura da discussão do Plano para 2002 que tinha as verbas no orçamento para cobrir todas as necessidades.

Quanto à verba dos 4 milhões de contos prometida por António Guterres em 1999, nem no Orçamento de 99, nem no de 2000, nem no de 2001, nem no de 2002 e nem nos rectificativos tal verba foi colocada, nem sequer falada, nunca constando também dos orçamentos regionais.

De resto, em 2001 não foram executados 14 % das verbas das Calamidades, enquanto que no turismo e na educação o corte foi de 2 %, na energia 9 % e na comunicação social foi de 13 %.

Mas em 2002 os números de novo provam que a reconstrução continua a não ser uma prioridade para este Governo pois as Calamidades sofreram um corte de 21 % face ao previsto no PMP, enquanto que para o desenvolvimento Florestal houve um aumento de 8 % (assim como nas pescas), o Turismo também aumenta 12 %, os equipamentos públicos tiveram um aumento de 4 % e até a comunicação social não teve corte e a Cooperação Externa teve um corte de apenas 3%.

Nada disto teve a ver com Durão Barroso.

Nunca se perceberam bem as prioridades deste Governo, nem se percebem agora, quando diz estar com dificuldades financeiras na reconstrução.

Teve de haver uma mudança de cor no Governo da República para que, de repente, se descobrisse que faltavam 17 milhões de contos de fundos para concluir a reconstrução.

Quatro anos após o sismo e quando o valor das verbas para a reconstrução tem vindo a decrescer nos Planos, é agora que se revela que, embora dotando os Planos com menos dinheiros, o Governo diz que o processo vai custar mais.

Entretanto acerca das reclamações dos pagamentos em atraso aos empreiteiros, o Governo sempre negou as evidências, mas depois do Governo da

República já não ser do seu partido, já assume que há pagamentos em atraso, razão pela qual terá gasto boa parte das verbas de 2002 com encargos de 2001.

Por outro lado, a opção inicial de se substituir às pessoas, querendo fazer tudo por empreitadas e afastando a natural vocação dos açorianos de recompor o que as calamidades levaram, levou a encargos enormes com o processo.

Do relatório do CPR de 31 de Janeiro de 2001 pode-se também concluir que a média despendida pela Região com os casos de administração directa é de cerca de ¼ da média que se gasta com cada caso das empreitadas.

Não quer isto dizer que se a opção tivesse sido outra que se teria gasto apenas ¼ do que se gastou, mas com outras opções, com outro rigor, com outro planeamento, com o evitar de dispêndios supérfluos, o dispêndio global seria certamente muito menor.

Só com projectos pagos a gabinetes constata-se nos relatórios do CPR que estes custaram de 600 a 1100 contos por unidade, para gabinetes que os fizeram às dezenas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Membros do Governo

Se todos os problemas eram negados, se todas as criticas eram desvalorizadas, depois da mudança do Governo da República, o Governo

Regional viu em tal situação a "tábua de salvação" para a desresponsabilização acerca do processo e o disfarce de todos os problemas das finanças regionais.

Por nós a reconstrução não pára.

A reconstrução só para se o Governo quiser.

Embora não se possa simplificar e passar um pano sobre toda a incapacidade de planeamento, falta de rigor e despesismo, o que não pode acontecer é deixarmos de encontrar as soluções já que os sinistrados não têm culpa de nada disto.

E a solução tem de passar pela solidariedade nacional, que está garantida como já sabemos.

A solução também passa pela solidariedade regional e por uma outra definição de prioridades.

E tudo isso não invalida, que as contas sejam clarificadas.

É preciso que os sinistrados e os Açorianos percebam cabalmente porque razão é que 4 anos após o sismo se descobriu um buraco de 17 milhões de contos. As explicações dadas até agora não são completas nem convincentes.

Temos de perceber porque razão é que, 4 anos após o sismo, quando faltam dois para a conclusão e com mais de metade das obras feitas, se diz que faltam 27

milhões de contos para gastos na reconstrução de habitações, enquanto que nestas mesmas obras terão sido gastos 13 milhões de contos até agora.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Membros do Governo

Quanto à Resolução que agora apreciamos, é necessário esclarecer o seguinte:

1. O PSD entende que, paralelamente com o cabal esclarecimento e explicação do buraco que o Governo descobriu recentemente, há que encontrar soluções pois que os menos culpados são os sinistrados e são estes, particularmente os mais idosos, que mais sofrem com a demora do processo.

Há pois que encontrar soluções para que a reconstrução possa terminar nos prazos mais recentemente definidos pelo Governo.

2. A questão do "timing" cruza-se com as questões financeiras.

Há que compaginar a solidariedade nacional, com a solidariedade regional.

A solidariedade nacional de que brevemente conheceremos os contornos está, como se sabe, garantida num esquema plurianual que se desenvolverá até 2006.

A solidariedade Regional conforme foi dito pelo Presidente do Governo e reafirmada por todos, naturalmente, está também assegurada.

Existem pois condições para que, a breve trecho se possam identificar todas as variáveis que têm de ser consideradas para que os sinistrados não esperem para além das mais recentes expectativas.

Isto é, para terminar a reconstrução até final de 2004, com expressão financeira ainda em 2005, há que adaptar os prazos, as fontes de financiamento e redefinir todo o envolvimento do processo.

3. O PSD, tendo em conta que no início da próxima semana teremos uma das componentes em causa esclarecida, nomeadamente, a solidariedade do Governo da República, não entende alguns dos pontos desta Resolução.

Ela vem a destempo por duas razões:

a) Porque estamos no último trimestre do ano de 2002, ano em que nem o Governo da República de António Guterres colocou no orçamento os 4 milhões de contos que tinha prometido desde 1999, nem o Governo Regional o colocou no orçamento Regional, tendo sempre afirmado que tinha dinheiro suficiente, chegando o PS a chumbar uma proposta do PSD para reforçar verbas do sismo.

b) Porque estamos a poucos dias de saber de que forma se revistará a solidariedade nacional.

4. Esta proposta concretamente no seu ponto 3 é uma provocação desnecessária que quer parlamentarizar a guerrilha partidária desenvolvida nos últimos tempos pelo PS.

5. O PSD entende e reafirma a sua posição relativamente á necessidade da solidariedade nacional compatível e tendo em conta o que é o seu histórico e o que são as necessidades referidas pelo Governo.

Não podemos, no entanto, aprovar esta Resolução tal como foi apresentada na medida em que, embora relevando questões importantes, é excessiva e, no actual contexto , extemporânea, acabando mais por ser um voto de protesto contra algo que se revelará em breves dias, arrastando desnecessariamente a Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o caminho da luta partidária em que o PS /Açores se envolveu contra o Governo da República.

Disse.

Horta, 27 de Setembro de 2002